
COMO É POSSÍVEL A FILOSOFIA? UMA ANÁLISE A PARTIR DO MODELO DO SISTEMA DE ESQUEMAS DE AÇÕES E OPERAÇÕES SOBRE SÍMBOLOS E SIGNOS

Ricardo Pereira Tassinari¹

Resumo

Por que teorias filosóficas parecem ser tão reais aos filósofos que as propõem? Por que, mesmo se apresentando como reais aos seus autores, existe uma grande diversidade de teorias filosóficas? Quais seriam, pelo menos em linhas gerais, as estruturas necessárias ao conhecimento filosófico? Na medida em que a Epistemologia Genética se constitui como uma teoria do conhecimento que estuda as estruturas necessárias ao conhecimento, seria importante que, a partir dos estudos e pesquisas nessa área, buscasse-se responder a tais questões. O objetivo deste artigo é discutir, em linhas gerais, como o Modelo do Sistema de Esquemas de Operações sobre Símbolos e Signos (MoSEAOSS), introduzido por Tassinari (2014), explica a possibilidade do conhecimento filosófico e, nesse sentido, responder a tais questões. O MoSEAOSS foi elaborado a partir de alguns dos principais resultados teóricos e experimentais a que chegaram Jean Piaget, suas colaboradoras e seus colaboradores, articulando-os em uma visão sistêmica, sistemática e sintética. Trata-se aqui de uma discussão teórica envolvendo os conceitos fundamentais do MoSEAOSS e resultados das Epistemologia e Psicologia Genéticas. Mediante as razões apresentadas a partir do MoSEAOSS, mostra-se que sempre existe a possibilidade de uma grande diversidade de teorias filosóficas e cada uma delas aparenta ser real ao filósofo que a propõe. A razão principal é que a coordenação de seus esquemas de ações e operações sobre símbolos e signos constituem o real para ele, ou ainda, as diversas teorias filosóficas determinam operações sobre signos (envolvendo significações teóricas) que coordenam os esquemas de operações sobre símbolos (em especial, sobre imagens mentais), regulando as possibilidades de imaginação, e, conseqüentemente, as possibilidades dos comportamentos atribuídos aos objetos e às suas próprias ações. Conclui-se, pois, que o sistema de esquemas de ações e operações sobre símbolos e signos se constitui em uma estrutura necessária, não ape-

¹ Livre-Docente em Lógica, Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência. Departamento de Filosofia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília. E-mail: ricardotassinari@gmail.com - Orcid: orcid.org/0000-0003-1026-730X. Este artigo expõe parte das reflexões realizadas no desenvolvimento das pesquisas do Projeto de Pesquisa “Filosofia Especulativa e Epistemologia Genética: Construção do Objeto, Razão e Liberdade”, realizadas na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, sob a supervisão do Prof. Dr. Jean-François Kervégan, com auxílio Bolsa Pesquisa no Exterior FAPESP 2016/13547-6 da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) à qual agradeço vivamente! Agradeço também aos pareceristas deste artigo pelas valiosas sugestões e contribuições!

nas ao conhecimento científico, mas também ao fazer e conhecer filosóficos. Por fim, os resultados obtidos possibilitam introduzir a *descentração epistêmica* como à visão filosófica que compreende e explica a existência de diversas teorias e visões filosóficas e científicas possíveis, bem como de diferentes realidades, construídas devido a elas. Nesse sentido, a descentração epistêmica se mostra como um estágio superior das formas de compreensão do real e, seria o cume das diversas formas de descentrações estabelecidas por Piaget, suas colaboradoras e seus colaboradores.

Palavras Chave: Conhecimento Filosófico; Construção do Real; MoSEAOSS; descentração epistêmica.

HOW IS PHILOSOPHY POSSIBLE? AN ANALYSIS FROM THE MODEL OF THE SYSTEM OF SCHEMES OF ACTIONS AND OPERATIONS ON SYMBOLS AND SIGNS

Abstract

Why do philosophical theories seem so real to the philosophers who propose them? Why, even though it presents itself as real to its author, there is a great diversity of philosophical theories? What would be, at least in general lines, the necessary structures for philosophical knowledge? Given that Genetic Epistemology was constructed as a theory of knowledge that studies the necessary structures for knowledge, it would be important that, based on studies and research in this area, one seeks to answer such questions. The objective of this article is to discuss, in general terms, how the Model of the Scheme of Operations of Symbols and Signs (MoSSAOSS), introduced by Tassinari (2014), explains the possibility of philosophical knowledge and, in this sense, to answer such questions. MoSSAOSS was developed based on some of the main theoretical and experimental results achieved by Jean Piaget and his collaborators, which are articulated in a systemic, systematic and synthetic view. This paper is about a theoretical discussion involving the fundamental concepts of MoSSAOSS and the results of Genetic Epistemology and Psychology. According to the reasons presented from the MoSSAOSS, it is shown that there is always the possibility of a great diversity of philosophical theories and each of them appears to be real to the philosopher who proposes it. The main reason is that the coordination of his schemes of actions and operations on symbols and signs constitutes the real for him, or even, the various philosophical theories determine operations on signs (involving theoretical meanings) that coordinate the schemes of operations on symbols (in especially on mental images), regulating the possibilities of imagination, and, consequently, the possibilities of behaviors attributed to objects and their own actions. It is concluded, therefore, that the system of scheme of actions and operations on symbols and signs constitutes a necessary structure, not only for scientific knowledge, but also for philosophical making and knowing. Finally, the results allow to introduce the *epistemic decentration* as the philosophical view that comprehends and explains the existence of several possible philosophical and scientific theories and views, as well as the several realities, constructed due to them. In this sense, epistemic decentration would be a superior stage of the forms of understanding the real and the culmination of the various forms of decentration established by Piaget and his collaborators.

Keywords: Philosophical Knowledge; Construction of the Real; MoSEAOSS; epistemic decentration.

Introdução

Como é possível o conhecimento filosófico?

Como se sabe (*cf.* TASSINARI; GUTIERRE, 2012, Cap. 4, p. 49-61), Jean Piaget fundou a Epistemologia Genética e promoveu um grande desenvolvimento em Psicologia Genética com o objetivo de realizar uma análise, ao mesmo tempo teórica e experimental, das estruturas necessárias ao conhecimento científico e sua gênese (por isso, o termo *Genética*, que caracteriza sua Epistemologia e sua Psicologia), temas tradicionais da Teoria do Conhecimento (PIAGET, 1950, p. 11, e 1972/1983, p. 116 e segs.). Dentre os estudos realizados em Epistemologia Genética e em Psicologia Genética, por Jean Piaget, suas colaboradoras e seus colaboradores, estão a constituição de várias noções e conceitos, essenciais ao nosso conhecimento dos objetos e do mundo em que vivemos, como, por exemplo, espaço, tempo, causalidade, acaso, velocidade, força, atomismo, quantidades físicas e matemáticas, geometria, bem como estão também estudos mais pormenorizados dos elementos necessários à aquisição do conhecimento, como, por exemplo, os estudos relacionados à percepção, representação, identidade, classificação, seriação, operação mental, necessidade e possibilidade lógicas, formação das noções de conservação, generalização, contradição, significação, compreensão, aprendizagem e memória.

Nesse contexto, Tassinari (2014) propôs um modelo, denominado *Modelo do Sistema de Esquemas de Ações e Operações sobre Símbolos e Signos*, ou mais brevemente, *MoSEAOSS*, que foi elaborado a partir de alguns dos principais resultados (teóricos e experimentais) a que chegaram Jean Piaget, suas colaboradoras e seus colaboradores, e os articula em uma visão sistêmica, sistemática e sintética. Tal modelo, com a ajuda de colaboradoras e colaboradores, pôde ser aplicado para mostrar como se desenvolvem algumas das noções e conceitos essenciais ao nosso conhecimento dos objetos e do mundo em que vivemos,

como as lógicas de classes e relações (TASSINARI, 2011), o conhecimento matemático abstrato (FERRAZ; TASSINARI, 2015 e 2016, e FERRAZ, 2014), a gênese da capacidade de predicação universal e da função proposicional (FERREIRA; TASSINARI, 2013, e FERREIRA, 2011), a noção de espaço (TASSINARI, 2014, p. 16, e MARÇAL; TASSINARI, 2013 e 2014), de tempo (LATANSIO, 2010, p. 86-94, e TASSINARI, 2014, p. 28-33), inclusive a noção de tempo da Teoria da Relatividade Restrita (PENTEADO; TASSINARI, 2016), processos de ressignificação em Terapia Cognitiva (DANTAS; TASSINARI, 2016, e DANTAS, 2016), bem como o MoSEAOSS possibilitou explicar os estágios do animismo e do artificialismo e suas relações (em termos de estruturas necessárias ao conhecimento) com o Período Formal ou Hipotético-Dedutivo (FREITAS, 2020).

Em vista de tais resultados, é natural se perguntar como o sistema de esquemas de ações e operações sobre símbolos e signos se constituiria como uma estrutura necessária ao conhecimento em geral, o conhecimento filosófico. É o que, em linhas gerais, discute-se aqui, em especial, visando responder as questões: por que teorias filosóficas parecem ser tão reais aos filósofos que as propõem? Por que, mesmo se apresentando como reais aos seus autores, existe uma grande diversidade de teorias filosóficas?

2. O MoSEAOSS

Note-se, inicialmente, que o Modelo do Sistema de Esquemas de Ações e Operações sobre Símbolos e Signos (MoSEAOSS) já expressa no próprio nome a sistematização dos resultados teóricos e experimentais a que chegaram Jean Piaget, suas colaboradoras e seus colaboradores, na medida em que indica os elementos fundamentais e seus sistemas que constituem as estruturas necessárias ao conhecimento: Ação, Esquema, Operação, Símbolo e Signo. Nesse sentido, para tratar da questão aqui proposta, de como o sistema de esquemas de ações e operações sobre símbolos e signos se constituiria em uma estrutura ne-

cessária ao conhecimento filosófico, indica-se, a seguir, em linhas gerais, a significação de cada um desses termos (para uma discussão mais detalhada, cf. TASSINARI, 2014).

De forma geral, o termo *ação* remete a um comportamento que tem uma finalidade do ponto de vista do sujeito do conhecimento e depende das estruturas do sujeito-organismo como um todo.

Se, por um lado, uma ação ocorre em um tempo determinado, tem um início e um fim no tempo, por outro, existe algo de generalizável nela, o que, justamente, caracteriza o *esquema* dessa ação. Como ressalta Piaget (1967/1973, p. 16):

As ações, com efeito, não se sucedem ao acaso, mas se repetem e se aplicam de maneira semelhante a situações comparáveis. Mais precisamente, reproduzem-se tais quais se aos mesmos interesses correspondem situações análogas, mas se diferenciam ou se combinam de maneira nova se as necessidades e as situações mudam. Chamaremos *esquemas* de ações o que, numa ação, é assim transponível, generalizável ou diferenciável de uma situação à seguinte, ou seja, o que há de comum nas diversas repetições ou aplicação da mesma ação.

O *sistema de esquemas de ações* é o conjunto coordenado de todos os esquemas de ações de um sujeito. Do ponto de vista do comportamento do sujeito, seu sistema de esquemas de ações determina, nas diversas situações, o conjunto das ações possíveis de serem realizadas pelo sujeito, ou seja, imediatamente disponíveis ao sujeito.

O sistema de esquemas de ações de um sujeito vai-se complexificando, desde o nascimento até a idade adulta.

Tal complexificação se dá por meio de um processo de adaptação-auto-organização do sistema de esquemas. O processo de adaptação ocorre na interação do sujeito-organismo com seu meio e tem dois aspectos complemen-

tares e indissociáveis: a assimilação e a acomodação. Por um lado, os esquemas e, conseqüentemente o sistema de esquemas, assimila objetos e situações quando incorpora tais objetos e situações em seu funcionamento, ou seja, quando eles fazem parte do funcionamento do(s) esquema(s). Por outro lado, os esquemas e, conseqüentemente o sistema de esquemas, acomoda-se (ativamente, apesar do termo *acomodação*) quando se modifica ativamente, para melhorar a interação e a assimilação (em relação a finalidade do sujeito na ação) ou para propiciar novas interações e assimilações. O processo (ativo) de adaptação, com esses dois aspectos, a assimilação e a acomodação, leva, pois, a aumentar cada vez mais as possibilidades de interações, em especial, as favoráveis à conservação do sujeito-organismo. Concomitantemente à adaptação (externa) corresponde e ocorre, de forma complementar e indissociável, uma organização interna, ou melhor, uma auto-organização, pois tal processo de adaptação-organização se estabelece na interação (sujeito-meio) e se organiza por si próprio e a si próprio a partir dessa e nessa interação. Por isso, denomina-se tal processo *adaptação-auto-organização* do sistema de esquemas.

Na medida em que o sistema de esquemas de ações vai-se complexificando, o sujeito vai organizando cada vez mais para si o seu mundo; vai realizando, como salienta Piaget, a construção do real para si próprio.

Quanto ao termo *operação*, ele é usado no MoSEAOSS em seu sentido matemático ou, mais exatamente, no sentido matemático de *operação parcial*. Essa é uma das novidades que o MoSEAOSS traz em relação aos estudos e pesquisas anteriores em Epistemologia Genética (cf. TASSINARI, 2014, p. 16 ss.). Pode-se resumir, como a seguir, a noção de operação parcial.

Seja A um conjunto. Uma n -upla em A é uma sequência de n elementos (não necessariamente distintos) de A . Denota-se por (a_1, a_2, \dots, a_n) a n -upla

cujos elementos são, respectivamente, a_1, a_2, \dots, a_n . Dado um subconjunto B qualquer de n -upla em A , uma *operação parcial n -ária* em A é uma associação, para cada n -upla (a_1, a_2, \dots, a_n) em B , de um único elemento a de A . Em especial, uma *operação parcial n -ária unitária* em A é uma associação, para apenas *uma única* n -upla (a_1, a_2, \dots, a_n) em A , de um único elemento a de A . Pode-se representar uma operação parcial n -ária unitária de (a_1, a_2, \dots, a_n) ao elemento a por:

$$(a_1, a_2, \dots, a_n) \rightarrow a$$

Uma operação parcial n -ária em A pode ser vista como um conjunto de operações parciais n -árias unitárias em A .

Em especial, pode-se representar uma operação parcial unitária e unária em A , isto é, de um único elemento b em A a um único elemento a em A por:

$$b \rightarrow a$$

Nesse sentido, operações parciais unárias constituem estruturas matemáticas de digrafos (cf. TASSINARI, 2013b, 2014, 2011, e FERRAZ; TASSINARI, 2015).

Resumidamente, ao se usar o termo *operação* no sentido da Matemática, no MoSEAOSS, quer-se designar uma ação (no sentido mais geral possível, seja sensório-motora, interiores etc.) que, aplicada a certo elemento b (ou a vários elementos a_1, a_2, \dots, a_n ao mesmo tempo), resulta um elemento a .

Em especial, por exemplo, a própria ação sensório-motora (exterior) do sujeito sobre uma situação b que resulta uma situação a é uma operação (como aqui definida no MoSEAOSS); nesse sentido, tal ação pode ser representada por $b \rightarrow a$.

Mais ainda, segundo o MoSEAOSS, como se vê adiante, o sujeito realiza dois tipos de operações (ações interiores): (1) operações que, ao se aplicarem sobre símbolos, resultam símbolos; e (2) operações que, ao se aplicarem sobre signos, resultam signos.

Quanto aos termos *símbolo* e *signo*, eles pressupõem a representação, ou seja, o uso da função semiótica, que “[...] consiste em poder representar alguma coisa (um significado qualquer: objeto, acontecimento, esquema conceitual, etc.) por meio de um significante diferenciado [do próprio significado pelo sujeito] e que só serve para essa representação (PIAGET; INHELDER, 1966/1986, p. 46)”. Note-se, pois, que significante e significado só existem enquanto tais pela própria relação que eles estabelecem entre si.

De forma geral, tem-se que o *símbolo* é o significante motivado (no sentido de ser semelhante ao seu significado) e individual (essa semelhança é estabelecida pelo próprio sujeito e não é apenas recebida de fora). Como exemplo de símbolos tem-se: a imitação diferida, a brincadeira simbólica, o desenho e, ainda e principalmente, a imagem mental.

Já o *signo*, cujos representantes mais característicos são palavras e frases, também servem à evocação de um significado, porém são coletivos e arbitrários (*e.g.*, *cadeira*, em português, diferente de *chair*, em inglês etc.), em oposição às características do símbolo de ser individual e motivado. Símbolos e signos são dois polos de uma mesma elaboração de significações, havendo, inclusive, elementos que pertencem ao contínuo entre esses dois polos.

Como a imagem mental é o único símbolo interior, ela desempenha um importante papel no caso das operações sobre símbolos, pois, para cada operação sobre símbolos exteriores (sobre a imitação diferida, a brincadeira simbólica ou o desenho), existe uma ação interior sobre imagens mentais e, nes-

se sentido, deve haver uma imagem mental correspondente a cada símbolo exterior, de tal forma que a operação sobre os símbolos exteriores possa se realizar também internamente (sobre tais imagens mentais).

Por essa característica especial, uma operação sobre uma imagem mental, cuja aplicação resulta em uma imagem mental, é denominada *transfiguração*; e o surgimento das transfigurações caracteriza, segundo o MoSEAOSS, o Período Operatório Concreto.

As transfigurações são o caso mais típico de operações sobre símbolos e constituem o que se denomina comumente *capacidade de imaginação*. Pode-se usar a metáfora do filme (*cf.* PIAGET, 1945/1978, p. 304-305) para descrever essa capacidade, ou ainda, a de um jogo eletrônico virtual, no qual o sujeito vai de uma imagem a outra, no universo de suas imagens mentais, como um jogador em um jogo eletrônico virtual que, por suas ações em interação com o jogo, vai de uma tela a outra, vivenciando um mundo criado por aquelas imagens e por suas ações sobre elas.

Como um sujeito que possui um tal sistema de transfigurações tem a capacidade de imaginar situações possíveis, a partir de uma situação atual, o surgimento das transfigurações possibilita ao sujeito ressignificar o real a partir dessa própria capacidade. Em especial, o surgimento das transfigurações possibilita ao sujeito a estruturação lógico-matemática do real e a construção inicial, no nível da representação, das noções fundamentais que possibilitam pensar o real (e não apenas agir sobre ele), como o animismo e o artificialismo e as noções de espaço, tempo, causalidade, acaso, velocidade, força, atomismo, quantidades físicas e matemáticas etc. (*cf.* as citações na introdução deste artigo). Em especial, o sistema das transfigurações possibilita explicar as características des-

sas noções no Período Operatório-Concreto e porque tais características surgem de forma concomitante.

Por outro lado, as operações sobre signos também têm um papel especial, pois, uma vez constituídas, elas possibilitam ao sujeito operar sobre quaisquer coisas: o sujeito sempre pode atribuir, arbitrariamente, um signo (por nomeação) a qualquer coisa; e, a partir dessa atribuição, operar sobre essa coisa qualquer operando sobre seu signo.

Por essa característica especial, uma operação sobre um signo, cuja aplicação resulta em um signo, é denominada *transsignação*; e o surgimento das transsignações caracteriza, segundo o MoSEAOSS, o surgimento do Período Operatório Formal ou Hipotético-Dedutivo.

Os casos mais típicos de transsignações (*cf.* TASSINARI, 2014, p. 33-36) são: as operações sobre operações, como, por exemplo, a combinatória, a possibilidade de operações formais em geral (que dão nome ao período em que surgem), as deduções a partir de meras hipóteses (que também dão nome ao período em que surgem) e a inversão de sentido entre o real e o possível de forma que o real se subordine ao possível. Seus sistemas possibilitam a organização (teórica) do real para nós, como acontece, por exemplo, com teorias científicas e filosóficas. Em especial, as transsignações possibilitam as estruturas lógico-matemáticas abstratas puras (*cf.* FERRAZ; TASSINARI, 2015 e 2016, e FERRAZ, 2014) e as noções e os conceitos fundamentais presentes nas teorias científicas e filosóficas (*cf.* TASSINARI, 2011, 2014, p. 16 e p. 28-33, MARÇAL; TASSINARI, 2013 e 2014, LATANSIO, 2010, p. 86-94, FERREIRA; TASSINARI, 2013, e FERREIRA, 2011). Em especial, tais teorias possibilitam uma resignificação do real, inclusive com noções que contradizem o senso-comum, como nas teorias físicas contemporâneas (*cf.* PENTEADO; TASSINARI, 2016) ou em teorias

filosóficas mais elaboradas (cf. DANTAS; TASSINARI, 2016, e DANTAS, 2016), bem como com as coordenações de diferentes pontos de vista.

As transfigurações e as transignaões são ações interiores; elas se ordenam com as ações exteriores de forma a constituir um único sistema de esquemas de ações exteriores e interiores, denominado aqui *sistema de esquemas de ações e operações sobre símbolos e signos*.

O Quadro 1 a seguir (retirado de TASSINARI, 2014, p. 27) expressa resumidamente a construção do sistema de esquemas de ações e operações sobre símbolos e signos de acordo com o MoSEAOSS e sua relação com os aspectos figurativo e operativo do conhecimento e com os digrafos (para mais detalhes, cf. TASSINARI, 2014).

Período	Aspecto Figurativo (Estados: Objetos e Situações)	Aspecto Operativo (Transformações)
Sensório-Motor	Percepção (Quadros Sensoriais)	Esquemas de Ações Esquemas de Coordenação de Ações*
Pré-Operatório	+ Símbolos (Imitações Diferidas, Brincadeiras Simbólicas, Desenhos e, em especial, Imagens Mentais) + Signos	
Operatório Concreto		+ Imaginação: Esquemas de Operações sobre Símbolos (Transfigurações) Esquemas de Coordenações de Operações sobre Símbolos**
Operatório Formal		+ Teorização: Esquemas de Operações sobre Signos (Transignações) Esquemas de Coordenações de Operações sobre Signos***
Dígrafos	Vértices	Setas

Quadro 1 – Representação geral da construção do sistema de esquemas de ações e operações sobre símbolos e signos e sua relação com os aspectos figurativo e operativo do conhecimento e com os dígrafos, segundo os diversos períodos. Notar que: () coordenações de coordenações de ações são coordenações de ações; (**) coordenações de coordenações de operações sobre símbolos são operações sobre símbolos; e (***) coordenações de coordenações de operações sobre signos são operações sobre signos.*

A seguir, na próxima seção, discute-se como as transfigurações e as transignações, enquanto operações sobre significantes (símbolos e signos), possibilitam a construção do real para o sujeito, especialmente na medida em que

tais operações são atribuídas pelo sujeito aos objetos e às situações, como representado no Diagrama R (de *Representação*) a seguir.

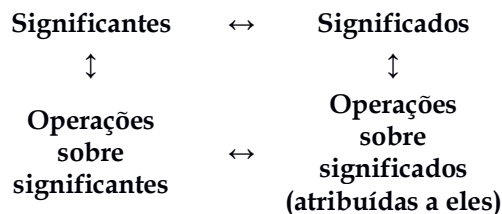


Diagrama 1: o Diagrama R

3. O MoSEAOSS e a construção do real: a constituição do sistema de significações

Correlativamente à construção do sistema de esquemas de ações e operações sobre símbolos e signos, vai-se construindo o real para o sujeito.

A construção do real para o sujeito remete à constituição das significações e de seu sistema para o sujeito. Em especial, o sistema de esquemas de ações e operações sobre símbolos e signos constitui um todo que possibilita a existência das significações para o sujeito.

A seguir, trata-se da noção de significação e como o sistema de esquemas de ações e operações sobre símbolos e signos possibilita a existência das significações para o sujeito.

3.1. A significação

Algo adquire *significação* para um sujeito na medida em que é assimilado pelas possibilidades de ações externas e internas (com representação) do sujeito sobre esse algo. Nesse sentido, a teoria aqui exposta, bem como a Epistemologia Genética, pode ser vista como uma forma explícita e detalhada de pragmatismo, na medida em que explicita como as significações e os sentidos em geral se constituem por meio das possibilidades de ações (externas e internas) do sujeito e remetem a elas. Em especial, um objeto ou situação adquire

significação para um sujeito na medida em que eles são assimilados por seu sistema de esquemas de ações e operações sobre símbolos e signos.

Mais precisamente, tem-se as seguintes definições (ver TASSINARI, 2014, p. 37).

A significação de um objeto A para um sujeito S em uma situação T é o conjunto de ações exteriores (sensório-motoras) e interiores (operações sobre símbolos e operações sobre signos) de S que são aplicáveis a A em T.

A significação de uma situação T para um sujeito S é o conjunto de ações exteriores (sensório-motoras) e interiores (operações sobre símbolos e operações sobre signos) de S que são aplicáveis a T.

Nas significações, existem sempre dois polos: o significante e o significado. O significante evoca o significado e o expressa; e, como citado, só existem enquanto tais por essa própria relação que eles estabelecem entre si.

A seguir, analisam-se os tipos de significantes para, posteriormente, mostrar seus papéis no sistema de esquemas de ações e operações sobre símbolos e signos.

3.2. Os tipos de significantes

Como já mencionado, no caso das significações que pressupõem representação por parte do sujeito, existe o uso da função semiótica, o que quer dizer que o sujeito é capaz de distinguir um significante (que representa algo) de seu significado (o algo representado). Nesse caso, como se viu, os significantes são símbolos e signos; ou melhor, símbolos e signos são dois polos, sendo que a representação pelo significante pode ser desde uma representação mais

motivada e individual (símbolo) até uma representação mais arbitrária e social (signo).

No caso das significações sensório-motoras anteriores à função semiótica e, portanto, anterior à capacidade de representação, existem significantes e significados; entretanto, eles não são distinguidos como tais pelo próprio sujeito. Nesse caso, o significante é denominado de *indício*.

Um *indício* é um significante não diferenciado de seu significado pelo sujeito. Nesse sentido, o indício é um significante que é parte de um objeto ou situação cujo significado é o próprio objeto ou situação. Por exemplo, uma porta que se abre e anuncia a chegada de alguém. Os indícios existem durante toda a vida do sujeito-organismo, desde os primeiros meses de vida (e, portanto, anterior à capacidade de representar) até o fim da vida do sujeito-organismo.

Como salienta Piaget (1936/1974, p. 185):

Quanto ao *indício*, é o significante concreto, vinculado à percepção direta e não à representação. De modo geral, chamaremos indício a toda e qualquer impressão sensorial ou qualidade diretamente percebida cuja significação (o *significado*) é um objeto ou esquema sensório-motor. Na acepção estrita e limitada da palavra, um indício é um dado sensível que anuncia a presença de um objeto ou a iminência de um acontecimento (a porta que se abre e que anuncia a chegada de uma pessoa).

O Quadro 2 a seguir resume os três tipos de significantes.

Caracterização	Tipos de Significantes	
Significante indiferenciado do significado para o sujeito (significante é parte do significado)	<i>Indício</i>	
Significantes (polos) diferenciados dos significados pelo sujeito (uso da função semiótica, representação)	<i>Símbolos</i> (mais motivados e individuais)	<i>Signos</i> (mais arbitrários e coletivos)

Quadro 2 – Tipos de Significantes.

Por ser um significante indiferenciado do seu significado e, consequentemente, parte integrante do seu significado, o indício desempenha um papel importante na construção do real pelo sujeito e, por isso, terá aqui especial atenção. Na próxima seção, analisa-se como a significação do indício se modifica em função da construção sensório-motora inicial do real para se mostrar, depois, nas seções seguintes, como as operações sobre símbolos e signos possibilitam uma construção mais elaborada do real, chegando, por fim, na elaboração científico-filosófica do real.

3.3. O indício e a construção dos objetos

No início da construção do real, os objetos ainda não estão constituídos. Como salientam Piaget e Inhelder (1966/1986, p. 19):

[...] o universo inicial é um mundo sem objetos, que consiste apenas em “quadros [sensoriais]” móveis e inconsistentes, os quais aparecem

e, logo, reabsorvem totalmente, e ora não retornam, ora ressurgem em forma modificada e análoga.

Nesse caso, as significações são relativas, conforme suas definições anteriores, ao conjunto de ações que a criança consegue realizar.

Nesse sentido, as ações sensório-motoras se aplicam a quadros sensoriais (nos quais se encontram os índices) gerando (novos) quadros sensoriais (e, portanto, são operações no sentido discutido anteriormente), sendo que as formas constituídas nessa interrelação percepção-ação vão estabelecendo as significações e, com isso, a construção do real para o sujeito.

Em especial, conforme o objeto vai sendo construído, ele se mostra como uma estrutura que coordena a relação entre a percepção sensível (os quadros sensoriais evocados por Piaget e Inhelder na citação anterior) e a atividade do sujeito, conforme o nome do Período: *Sensório-Motor*.

Pode-se melhor compreender tal caracterização do objeto por meio de uma análise relativa aos objetos e situações em jogos de ação eletrônicos virtuais. Nesse caso, na interação com os computadores, existe uma interrelação entre a percepção *sensorial* das imagens, na tela do computador, e a atividade *motora* das ações realizadas nos dispositivos do computador que provocam a mudança nas imagens, segundo o programa que o jogo estabelece. Os objetos virtuais do jogo se mostram como uma estrutura da relação entre a percepção sensível e a atividade realizada. Da mesma forma, os objetos virtuais, nos smartphones e tablets, mostram-se como uma coordenação entre a percepção das imagens na tela e as ações realizadas sobre ela. As imagens na tela apresentam índices que indicam a possibilidade de ação sobre os quadros sensoriais percebidos de forma a gerar novos quadros sensoriais. Note-se ainda que existem certos jogos, como o Minecraft, no qual objetos virtuais são construídos a partir de outros objetos virtuais e no qual alguns objetos construídos, como mesas,

machados, pás, picaretas etc., ajudam a construir de forma mais fácil outros objetos. Onde estariam tais objetos? Segundo o MoSEAOSS, estariam na interrelação sensorial e motora, propiciada pelos computadores, smartphones e tablets.

Do ponto de vista da permanência do objeto, nesse contexto, tais objetos virtuais têm uma permanência para nós, e estranharíamos se eles viessem a desaparecer.

Por outro lado, essa analogia entre a permanência dos objetos virtuais e a permanência de objetos concretos pode ainda nos ajudar a compreender porque a criança não se espanta quando o objeto some e deixa de existir para ela ou porque ele pode reaparecer sempre no mesmo lugar: em certos jogos de computador, alguns objetos virtuais simplesmente somem e outros reaparecem sempre no mesmo lugar depois de sumir, e não existe necessariamente espanto com isso. O espanto ocorreria se, depois de muito agir sobre o dispositivo, em situações em que eles deveriam permanecer, os objetos desaparecessem.

Quando adquirida a noção de permanência do objeto no espaço, os dados sensoriais se constituem em índices de objetos. Mais exatamente, como explica Piaget (1936/1974, p.184):

O significado das percepções objetivas, como a da montanha que vejo da minha janela ou do tinteiro na minha escrivaninha, são os próprios objetos, definíveis não só por um sistema de esquemas sensório-motores e práticos (fazer uma ascensão, molhar a minha caneta no tinteiro) ou por um sistema de conceitos gerais (um tinteiro é um recipiente... etc.), mas também por suas características individuais: posição no espaço, dimensões, solidez e resistência, cor sob diferentes iluminações etc. Ora, estas últimas características, embora sejam percebidas no próprio objeto, supõem uma elaboração intelectual extremamente complexa: para atribuir, por exemplo, dimensões reais às pequenas manchas que percebo como sendo uma montanha ou um tinteiro, tenho de situá-las num universo substancial e causal, num espaço organizado etc. e, por consequência, construí-las intelectualmente. O significado de uma percepção, isto é, o próprio objeto, é, portanto, um ser essencialmente intelectual: ninguém "viu" jamais uma montanha,

nem mesmo um tinteiro, de todos os lados ao mesmo tempo, numa visão simultânea de todos os seus diversos aspectos de cima, de baixo, de leste e de oeste, de dentro e de fora etc.; para perceber essas realidades individuais como objetos reais é preciso, necessariamente complementar o que se vê com o que se sabe. Quanto ao *significante*, é tão somente o punhado de qualidades sensíveis registradas de uma vez e atualmente pelos órgãos sensoriais, qualidades em cujo nome reconheço uma montanha ou um tinteiro. O senso comum, que prolonga em cada um de nós os hábitos próprios do realismo infantil, considera certamente que esse significante como sendo o próprio objeto e como sendo mais “real” do que toda a construção intelectual. Mas logo que se compreende como todo e qualquer objeto concreto é o produto de elaborações geométricas, cinemáticas, causais etc., em resumo, o produto de uma série de atos da inteligência, cessam quaisquer dúvidas de que o verdadeiro significado da percepção é o objeto como realidade intelectual e de que os dados sensíveis, considerados no momento da percepção, apenas servem de indícios, logo de *significantes*.

Logo, a ação sobre os significantes (índices) presentes na percepção sensorial se mostra para o sujeito como uma ação sobre o próprio objeto do qual aqueles significantes são parte. Mais detalhadamente: Certas percepções sensoriais indicam certas possibilidades de ações. O objeto, como exposto, mostra-se como uma estrutura de interrelação entre o sensorial e o motor, ou seja, uma estrutura que regula as possibilidades de novas percepções a partir da percepção atual e das ações sobre ela. A significação de um objeto em uma situação se mostra, como definido, como o conjunto das ações que são aplicáveis a esse objeto. Logo, a ação sobre os significantes (índices) presentes na percepção sensorial se mostra para o sujeito como uma ação sobre o próprio objeto do qual aqueles significantes são parte.

O Diagrama S (de *Significação*) a seguir (analogamente ao Diagrama R exposto anteriormente) resume o exposto.

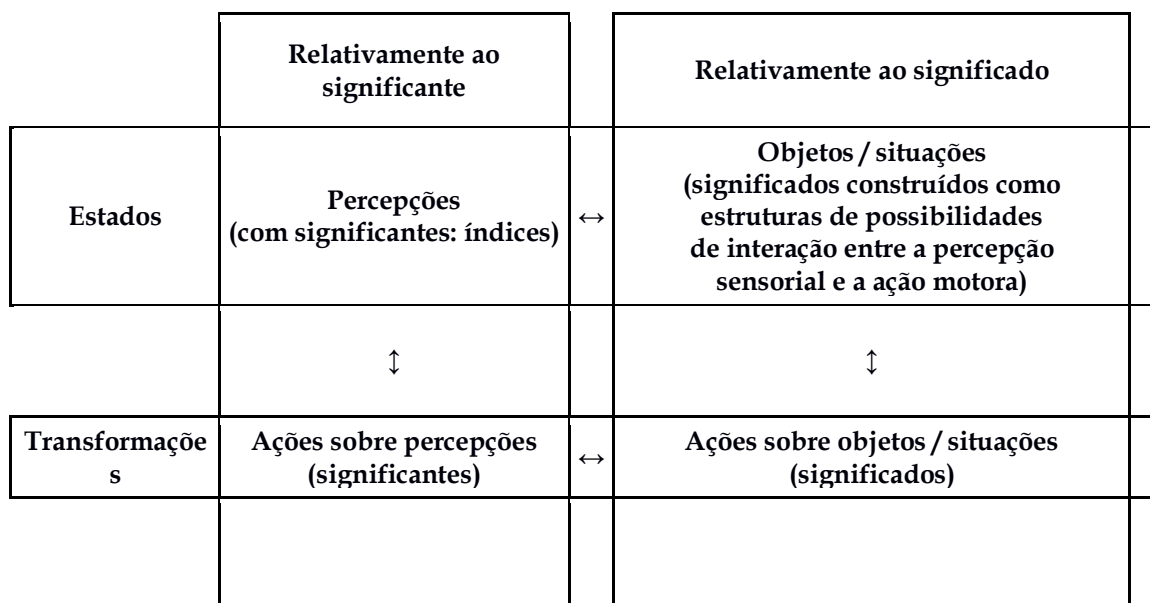


Diagrama 2: o Diagrama S para índices.

3.4. A significação a partir do uso da função semiótica (representação)

Segundo a sistematização proposta pelo MoSEAOSS, podem-se considerar (pelo menos) três níveis de significação em relação ao tipo de ações (exteriores e interiores) realizáveis: (1) as *significações sensório-motoras*, relativas às ações (exteriores) do sujeito em relação ao mundo que o cerca; (2) as *significações imaginadas*, relativas à capacidade de realizar operações (ações interiores) sobre símbolos (em especial, as sobre imagens mentais, as transfigurações), que surgem no Período Operatório Concreto; (3) as *significações teóricas*, relativas à capacidade de realizar operações (ações interiores) sobre signos (as transsignações), que surgem no Período Operatório Formal ou Hipotético-Dedutivo.

Como salientado, as operações sobre símbolos e signos se coordenam com as ações exteriores de forma a constituir um único sistema de esquemas de ações (exteriores e interiores) do sujeito ou, mais explicitamente, um *sistema de esquemas de ações e operações sobre símbolos e signos*, termo que motiva o nome dado ao modelo aqui descrito.

Do ponto de vista do MoSEAOSS, bem como da Epistemologia Genética (cf. eg. PIAGET; INHELDER, 1966/1986, p. 64), a constituição do objeto, no Período Sensório-Motor, dá-se a partir de um autônomo saber fazer (*savoir faire*), expresso pelo sistema de esquemas de ações, sem necessariamente haver representação, no sentido estrito do termo, isto é, sem o uso da função semiótica (cf. TASSINARI, 2014, p. 17). Mas, para se passar da periferia desses objetos aos seus mecanismos centrais, é necessária uma conceituação desses objetos (cf. PIAGET, 1974/1978, p. 172-183), que começa no Período Operatório Concreto e vai até a possibilidade de se construir teorias científicas e filosóficas propriamente ditas a respeito deles, no Período Operatório Formal ou Hipotético Dedutivo.

Nesse sentido, as próprias significações sensório-motoras são modificadas pelas significações imaginadas e, ainda mais, pelas significações teóricas. Tais modificações são discutidas nas próximas seções.

Ver-se-á, pois, que qualquer visão filosófica é construída, desde a mais tenra infância até a atualidade do pensamento de um autor; em especial, o universo para ele é construído a partir do seu sistema de esquemas de ações e de operações sobre símbolos e signos (cf. TASSINARI, 2013 e 2015, Seção 3).

3.4.1. A significação no Período Operatório Concreto

Como se viu, na citação de Piaget, o significado das percepções objetivas são os próprios objetos, definíveis não só por um sistema de esquemas sensório-motores e práticos e por suas características individuais de posição no espaço, dimensões, solidez e resistência, cor etc., mas também por um sistema de conceitos gerais.

Do ponto de vista do MoSEAOSS, a compreensão conceitual implica que as estruturas das transfigurações e, posteriormente no tempo, também as

transfigurações, realizadas pelo sujeito, prolongam as estruturas das ações sobre situações e objetos de forma a que a significação de uma situação ou de um objeto se dá a partir da nova estrutura expandida.

Relembre-se que, segundo as definições de significações de um objeto ou de uma situação, expressas inicialmente, aqui: a *significação de um objeto* A para um sujeito S em uma situação T é o conjunto de ações exteriores (sensório-motoras) e interiores (operações sobre símbolos e operações sobre signos) de S que são aplicáveis a A em T; e a *significação de uma situação* T para um sujeito S é o conjunto de ações exteriores (sensório-motoras) e interiores (operações sobre símbolos e operações sobre signos) de S que são aplicáveis a T.

Quanto à ressignificação que ocorre no Período Operatório Concreto, tem-se o seguinte. A imagem mental de um objeto está diretamente relacionada ao objeto e possibilita evocá-lo (como seu significante simbólico). Um sujeito, no Período Operatório Concreto, é capaz de realizar transfigurações e, com isso, operações sobre a imagem mental de um objeto e, conseqüentemente, sobre o próprio objeto, já que ela o simboliza. Na medida em que o sujeito é capaz de imaginar diversas situações possíveis (por transfigurações) para aquele objeto, a partir de uma situação atual, a significação do objeto nessa situação se torna o papel desempenhado pelo objeto imaginado, atribuído pelo sujeito, de acordo com o conjunto das possibilidades de ações imaginadas.

O Diagrama R para imagens mentais, a seguir, representa, de forma geral, a estrutura que possibilita essa ressignificação.

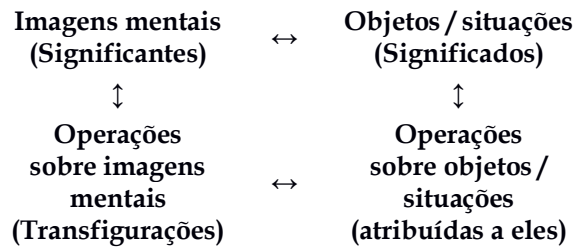


Diagrama 3: o Diagrama R para imagens mentais

O significado de uma percepção (indício) ainda é o objeto ou a situação, só que, agora, esses, como construções intelectuais, são estabelecidos não apenas pelas ações exteriores, mas também pelo conjunto de novas possibilidades de ações interiores (transfigurações).

Os esquemas das transfigurações pelos quais o sujeito se representa o comportamento dos objetos acabam por estabelecer “leis” que o sujeito atribui aos objetos e que eles obedeceriam, ou, mais propriamente, acabam por estabelecer as razões de seus comportamentos.

De forma geral, os sistemas de esquemas de transfigurações, aplicados aos objetos concretos, estabelecem para o sujeito uma “física”, uma “química”, uma “biologia”, uma “psicologia”, uma “antropologia”, uma “sociologia” etc., e a Física, Química, Biologia etc., que se constituirão, posteriormente, são um aperfeiçoamento desses sistemas.

Mais ainda, como já parcialmente mostrado pelos trabalhos indicados na introdução deste artigo, a coordenação geral desses sistemas de esquemas possibilita o início da construção, no plano das representações, das noções gerais que estruturam o real, como as de espaço, de tempo, de causalidade etc., bem como o aspecto formal da coordenação desses sistemas de esquemas possibilita as noções lógico-matemáticas de classe, relações, números etc., que surgem nesse Período Operatório Concreto.

Note-se que essa construção no plano da representação não é meramente arbitrária, pois se, por um lado, os sistemas de esquemas de transfigurações são uma construção do sujeito, por outro, os próprios objetos impõem limites a essa construção. Logo, os comportamentos imaginados pelo sujeito e atribuídos aos objetos são, pois, construídos de forma a ter certa correspondência com os comportamentos (sensório-motores) possíveis dos objetos.

A reconstrução no plano da representação das relações estabelecidas no plano das ações sensório-motoras enriquece essas relações em termos do que é realizável em pensamento por meio do sistema de esquemas de transfigurações. As transfigurações permanecem ainda diretamente relacionadas às ações, na medida em que as imagens mentais são símbolos e motivadas, isto é, os objetos e situações são representados por meio de uma semelhança imagética direta com eles. Nesse sentido, justifica-se o nome dado ao Período: *Operatório-Concreto*.

3.4.2. A significação no Período Operatório Formal ou Hipotético-Dedutivo

No Período Operatório Formal ou Hipotético-Dedutivo, ocorre uma reconstrução análoga, só que agora com a liberdade muito maior de operar sobre quaisquer conteúdos que possam ser nomeados pelo sujeito, na medida em que, como se viu, o signo é um significante arbitrário.

Inicialmente, no Período Operatório Concreto, o sujeito constrói seu sistema de transfigurações na medida em que ele busca compreender como os próprios objetos se relacionam entre si, o que lhe permite aumentar a extensão de seu campo de ação no tempo e no espaço. Esse aumento do campo de ação leva à necessidade de coordenação como um todo dos diferentes sistemas de esquemas de transfigurações relativos aos diferentes domínios, ainda que esse todo nunca seja realmente atingido. Isso vai levando o sujeito a diferenciar for-

ma e conteúdo, na medida que uma mesma forma se aplica a diversos conteúdos (cf. INHELDER; PIAGET, 1970/1976, p. 211). Os signos, enquanto significantes arbitrários, possibilitam a representação dessas formas, na medida em que o sujeito as nomeia ou que seus nomes já existem nas línguas naturais (já que os signos são também significantes coletivos).

No Período Operatório Formal ou Hipotético-Dedutivo, o sistema de operações sobre signos (transsignações) propicia uma representação adequada para o sujeito dessas formas comuns; em especial, torna possível uma mesma forma de operações sobre signos para diferentes domínios (cada domínio tendo signos próprios que designam seus objetos, mas conservando *a mesma forma de operações* nos diferentes domínios).

Em especial, tal característica (de manter tais formas comuns para diferentes domínios) possibilita explicar, com o MoSEAOSS, a compreensão das estruturas matemáticas abstratas (cf. FERRAZ; TASSINARI, 2015), bem como que o conhecimento matemático se aplique a infinitos conteúdos.

Quanto à construção do real, o Diagrama R relativo à representação por signos e aos sistemas de operações sobre signos (transsignações) possibilita representar a forma geral dessa construção.

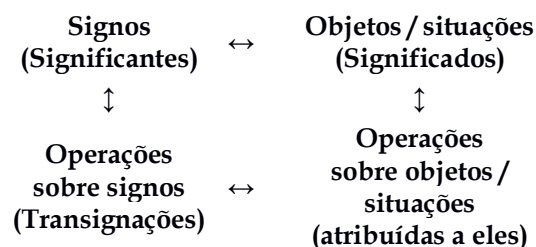


Diagrama 4: o Diagrama R para signos

Analogamente ao que ocorreu no Período Operatório Concreto, em relação à construção dos sistemas de esquemas de transfigurações, os esquemas

das transições, pelos quais o sujeito se representa o comportamento dos objetos, acabam por estabelecer “leis” que eles obedeceriam ou as razões de seus comportamentos.

O significado de uma percepção (indício) é ainda o objeto ou a situação, como construções intelectuais, ambos estabelecidos agora também por esse sistema de transições na medida em que, como se viu, a significação deles é estabelecida não apenas pelas ações exteriores mas também pelo conjunto de ações interiores (transfigurações e transições).

Estabelece-se, também aqui, para o sujeito, uma “física”, uma “química”, uma “biologia”, uma “psicologia”, uma “antropologia”, uma “sociologia” etc., mas agora elas podem ser muito mais precisas do que no Período Operatório Concreto; claro, se levada em consideração a necessidade de que os comportamentos atribuídos aos objetos devam corresponder aos comportamentos realizados pelos objetos.

A continuidade de construção de um sistema de esquemas de transições que melhor represente os comportamentos dos objetos levam à constituição das próprias ciências (a Física, a Química, a Biologia, a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia etc., propriamente ditas, ou de parte delas) sendo pois a construção do sistema de esquemas de ações e operações sobre símbolos e signos uma condição necessária a elas, e que as possibilitam.

A constituição e compreensão das ciências pelo sujeito do conhecimento é um processo complexo e estudado pela própria Filosofia da Ciência, com seus diversos autores e concepções e, nesse sentido, o estudo dessa constituição não faz parte do escopo deste artigo.

Saliente-se apenas que os *modelos* na Ciência podem ser interpretados em termos do Digrama R para signos (*cf.* TASSINARI; GUTIERRE, 2012, p. 34-40 e 58-61) e, de certa forma, segundo o MoSEAOSS, tal diagrama também se aplicaria as próprias teorias científicas.

Saliente-se ainda que, nesse contexto, dentre as mais importantes operações sobre signos, estão a demonstração de teoremas a partir dos princípios de um modelo ou teoria e, ainda, a dedução, a partir de meras hipóteses, que dá nome ao Período: *Hipotético-Dedutivo*. Em especial, parte-se de certos princípios (como as leis de Newton, de Maxwell, de Mendel etc. ou princípios mesmo, como o da Constância da Velocidade da Luz, para a Teoria da Relatividade) para se deduzir relações em casos particulares ou se explicar experimentos. Os princípios expressam as razões que o sujeito atribui ao sistema dos comportamentos dos objetos, só que agora, diferentemente do Período Operatório Concreto, o sujeito é capaz de expressar essas razões para si próprio por meios dos signos (sentenças).

4. O MoSEAOSS e o Conhecimento Filosófico

Por fim, cabe buscar responder as questões iniciais sobre a possibilidade do conhecimento filosófico.

O conhecimento filosófico visa, em geral, a compreensão do real como um todo (ou de aspectos dele). Nesse caso, tem-se também, como se viu, um sistema de signos (teoria filosófica) que acaba por estruturar o real para o sujeito-filósofo por meio de princípios (razões) escolhidos por ele mesmo para organizar o conjunto de comportamentos dos objetos, de situações e de vivências. Tais princípios podem ir, desde pequenas e restritas regularidades até supostos princípios completamente gerais que regem a totalidade dos objetos, situações e vivências.

Por tais princípios enunciarem, não uma situação singular, mas uma regularidade de um número indefinido de situações (inclusive situações que não estão e não estarão à disposição do sujeito, como as situações futuras), tais princípios não são completamente determinados pelas situações vividas pelo sujeito-filósofo e, nesse sentido, são as próprias escolhas dos princípios pelo sujeito-filósofo que estruturam o real para ele e não, por assim dizer, as próprias situações em si.

Por exemplo, considere-se que um sujeito-filósofo enuncia: “toda pessoa tem um preço”. Como o sujeito-filósofo poderia saber disso com certeza? Ele conheceu todas as pessoas, inclusive os grandes personagens históricos? A princípio, ele não pode ter certeza dessa afirmação e, apesar disso, ele a toma como verdade, e esse princípio estrutura o mundo para ele.

Em relação a elaboração de uma filosofia, é importante notar que, na maioria das vezes, em certos momentos da construção de sua compreensão do mundo, o sujeito-filósofo assume certos pressupostos que, depois, com a construção realizada, não são mais considerados pressupostos e sim princípios, pois parecem ser justificados pelas suas próprias observações, sem se perceber o quanto, como diz Piaget (1936/1974, p.184, citado), completa-se “o que se vê com o que se sabe”, ou ainda, com o que se julga saber: assim se julga que esses princípios são retirados do mundo, sem se aperceber de que são pressupostos e que ele é quem os coloca lá.

As várias possibilidades de escolha dentre os diferentes princípios levam às diferentes concepções de realidades; todas elas, se de fato organizam o real para o sujeito-filósofo, mostram-se como a expressão do próprio real.

Novamente, o significado de uma percepção (indício) é o objeto ou a situação como construções intelectuais, só que agora tais construções intelectuais

envolvem não apenas as ações sensório-motoras e situações imaginadas (por transfigurações), mas, sobretudo e em especial, as operações sobre signos (transsignações), determinadas pela teoria filosófica do sujeito-filósofo.

Logo, os objetos adquirem, com uma teoria filosófica, uma nova significação. E a existência de várias possibilidades de escolha, dentre diferentes princípios filosóficos, leva a diferentes concepções de realidades, diferentes possibilidades de ressignificação do real.

Tais possibilidades de escolha se mantêm ainda, em especial porque, em uma disputa propriamente filosófica, o debate não leva, em geral, a um fim. Uma das razões lógicas para isso é que *princípios* não podem ser demonstrados. Com efeito, se pudessem ser demonstrados, não seriam verdadeiramente princípios: os princípios seriam as proposições iniciais que se usaria para demonstrá-los; ou ainda, dizendo de outra forma, o termo *princípio* deve necessariamente indicar as razões das quais se parte para explicar as demais. Como não se pode demonstrar os princípios de um suposto conhecimento filosófico, só se pode argumentar retoricamente a seu favor, tendo apenas a esperança do acordo ou da adesão, ou mais propriamente da persuasão, do interlocutor. O fundamental é que: se o interlocutor não quiser concordar com o filósofo que propõe a teoria filosófica, ele pode *sempre* discordar dos princípios adotados, e nunca se tem, verdadeiramente, como demonstrar que aquela posição filosófica é (necessariamente) verdadeira.

Para futuras referências, assumir-se-á *por princípio* as seguintes proposições, cuja conjunção será denominada *Princípio da Liberdade Filosófica*.

(1) Existem princípios que estruturam (demonstrativamente) toda e qualquer filosofia ou visão filosófica;

(2) Existem diferentes filosofias e visões filosóficas (com diferentes princípios);

(3) Uma filosofia ou visão filosófica não pode demonstrar seus princípios; em especial, não o podem fazer a outra filosofia ou visão filosófica;

(4) A forma de convencimento entre diferentes filosofias ou visões filosóficas é fundamentalmente retórica e não estritamente lógica.

Espera-se que tal princípio seja autoevidente a partir de sua própria significação. Em especial, tal princípio possibilita explicar porque existe uma diversidade tão grande de filosofias e visões filosóficas e porque até então nunca se chegou a uma única filosofia. Cabe salientar, entretanto, que a não aceitação dele por uma filosofia ou visão filosófica qualquer se mostra de acordo com ele, e pode por ele ser compreendida e explicada.

Portanto, de acordo com as razões aqui apresentadas, a partir do MoSEAOSS, sempre existe a possibilidade de uma grande diversidade de teorias filosóficas, e cada uma delas aparenta ser real ao filósofo que a propõe, por ser a coordenação: de seus esquemas de operações sobre signos (transsignações), que constituem suas significações teóricas; de seus esquemas de operações sobre símbolos (em especial, as sobre imagens mentais, as transfigurações), que constituem suas significações imaginadas; e sobre as ações e comportamentos atribuídos aos objetos, nas situações e nas vivências que ele julga possível no mundo, isto é, que constituem suas significações sensório-motoras.

Pode-se, portanto, afirmar que o sistema de esquema de ações e operações sobre símbolos e signos se constitui como uma estrutura necessária, não apenas ao conhecimento científico, mas também ao fazer e conhecer filosóficos.

Pode-se, por fim, denominar *descentração epistêmica* à visão filosófica que compreende e explica a existência de diversas teorias e visões filosóficas e científicas possíveis, bem como de diferentes realidades, construídas devido a elas (cf. FREITAS, 2020, p. 101). Nesse sentido, a descentração epistêmica se mostra como um estágio superior das formas de compreensão do real e, seria o cume das diversas formas de descentrações estabelecidas por Piaget, suas colaboradoras e seus colaboradores. Pode-se mostrar que a descentração epistêmica, bem como o Princípio de Liberdade Filosófica, não leva necessariamente a um relativismo epistêmico ou ontológico (cf. TASSINARI, 2018, bem como a discussão inicial em TASSINARI, 2015), mas tal análise está além do escopo deste artigo.

Referências

DANTAS, L. C. V. *A Ressignificação na Terapia Cognitiva: Uma Análise a partir do Modelo do Sistema de Esquema de Ações e Operações sobre Símbolos e Signos* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br>. Acesso em: 01 nov 2020.

DANTAS, L. C. V.; TASSINARI, R. P. *A Ressignificação na Terapia Cognitiva: Uma Análise a Partir do Modelo do Sistema de Esquema de Ações e Operações sobre Símbolos e Signos. IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Psicologia Genéticas: Teoria e Prática na Construção do Conhecimento*. Marília - SP: Fundepe - Editora, 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B5Cik9eE1rBkVjhIMI83UEptTWs/view?usp=sharing>. Acesso em: 01 nov 2020.

FERRAZ, A. A. *Como é Possível o Conhecimento Matemático: Uma Análise a Partir da Epistemologia Genética* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br>. Acesso em: 01 nov 2020.

FERRAZ, A. A.; TASSINARI, R. P. *Como é Possível o Conhecimento Matemático: As Estruturas Lógico-Matemáticas a partir da Epistemologia Genética*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/catalogo/como->

[e-possivel-o-conhecimento-matematico-uma-analise-a-partir-da-epistemologia-genetica/](#). Acesso em: 01 nov 2020.

FERRAZ, A. A.; TASSINARI, R. P. Como é Possível o Conhecimento Matemático: Uma Análise Fundamentada no Modelo do Sistema de Esquemas de Ações e Operações sobre Símbolos e Signos. *IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Psicologia Genéticas: Teoria e Prática na Construção do Conhecimento*. Marília - SP: Fundepe Editora, 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B5Clk9eE1rBkYUs2WEJPQUJuX1U/view?usp=sharing>. Acesso em: 01 nov 2020.

FERREIRA, R.R. *Sobre o uso da função proposicional e sua gênese segundo a Epistemologia Genética* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br>. Acesso em: 01 nov 2020.

FERREIRA, R. R.; TASSINARI, R. P. *Piaget e a Predicação Universal*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/catalogo/piaget-e-a-predicacao-universal/>. Acesso em: 01 nov 2020.

FREITAS, S. F. *Animismo e Artificialismo: Uma análise a partir do Modelo do Sistema de Esquemas de Ações e Operações sobre Símbolos e Signos* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br>. Acesso em: 01 nov 2020.

INHELDER, B.; PIAGET, J. (1970). *Da Lógica da Criança à Lógica do Adolescente: Ensaio sobre a Construção das Estruturas Operatórias Formais*. São Paulo: Pioneira, 1976.

LATANSIO, V. D. *A Significação na Epistemologia Genética: Contribuições para uma Teoria do Conhecimento* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2010 Disponível em: <http://repositorio.unesp.br>. Acesso em: 01 nov 2020.

MARÇAL, V.E.R.; TASSINARI, R. P. O Modelo Grupo Prático de Deslocamentos em Psicologia e Epistemologia Genéticas e sua Formalização. *Schème: Rev. Eletr. de Psic. e Epist. Gen.*, Marília, [Online]. v. 5, n. 1, p. 6-18, 2013. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/scheme>. Acesso em: 01 nov 2020.

MARÇAL, V.E.R.; TASSINARI, R. P. O Caráter a priori das Estruturas Necessárias ao Conhecimento, Construídas segundo a Epistemologia Genética. *Schème: Rev. Eletr. de Psic. e Epist. Gen.*, Marília, [Online]. v. 6, n. Especial, p. 225-241, 2014. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/scheme>. Acesso em: 01 nov 2020.

PENTEADO, M. L.; TASSINARI, R. P. Teoria da Relatividade Restrita, Epistemologia Genética e o Modelo do Sistema de Esquema de Ações e Operações sobre Símbolos e Signos. *IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Psicologia Genéticas: Teoria e Prática na Construção do Conhecimento*. Marília - SP: Fundepe Editora, 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B5Clk9eE1rBkTk9oVk5oRmtJdW8/view?usp=sharing>
Acesso em: 01 nov 2020.

PIAGET, J. (1936). *O Nascimento da Inteligência na Criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

PIAGET, J. (1945). *A Formação do Símbolo na Criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PIAGET, J. *Introduction a l'Épistémologie Génétique*. Tomo I: La Pénsee Mathématique. Paris: P.U.F., 1950.

PIAGET, J. (1967). *Biologia e Conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1973.

PIAGET, J. (1972). *Sabedoria e Ilusões da Filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção 'Os Pensadores').

PIAGET, J. (1974). *Fazer e Compreender*. São Paulo: Melhoramentos; EdUSP, 1978.

PIAGET, J.; INHELDER, B (1966). *A Psicologia da Criança*. São Paulo: Difel, 1986.

TASSINARI, R. P. Sobre uma Estrutura Fundamental para a Lógica Operatória Concreta. In: DONGO-MONTOYA, A. O. D.; MORAIS-SHIMIZU, A.; MARÇAL, V. E. R.; MOURA, J. F. B. (Orgs.). *Jean Piaget no século XXI: Escritos de Epistemologia e Psicologia Genéticas*. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2011, p. 31-46. Disponível em: www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/jean_piaget.pdf
Acesso em: 01 nov 2020.

TASSINARI, R. P. O Sistema das Autoconsciências: da Epistemologia Genética a um Idealismo Especulativo. *Schème: Rev. Eletr. de Psic. e Epist. Gen.*, Marília, [Online]. v. 5, n. Especial, p. 724-283, 2013. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/scheme>. Acesso em: 01 nov 2020.

TASSINARI, R. P. Formalização em Epistemologia Genética e Digrafos. *Cognitio* (PUCSP), v. 14, p. 255-272, 2013b. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br>. Acesso em: 01 nov 2020.

TASSINARI, R. P. O Modelo do Sistema de Esquemas de Ações e Operações sobre Símbolos e Signos. *Schème: Rev. Eletr. de Psic. e Epist. Gen.*, Marília, [Online]. v. 6, n. Especial, p. 7-44, 2014. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/scheme>. Acesso em: 01 nov 2020.

TASSINARI, R. P. O Sistema das Autoconsciências: Da Epistemologia Genética a um Idealismo Especulativo (Reedição Revisada). In: SOUZA, D. G.; LIMA, F.J.G. (Org.). *Filosofia & Interdisciplinaridade: Festschrift em Homenagem a Agemir Bavaresco*. Porto Alegre: Editora Fi, 2015, p. 851-890. Disponível em: <https://www.editorafi.org/63agemir>. Acesso em: 01 nov 2020.

TASSINARI, R. P. Ser (Neo)Hegeliano Hoje: O Espírito Enciclopédico. In: TASSINARI, R.P.; BAVARESCO, A.; MAGALHÃES, M. M. (Org.). *Enciclopédia das ciências filosóficas: 200 anos*. Porto Alegre - RS: Editora Fi, 2018, p. 237-257. Disponível em: https://www.academia.edu/36818006/Ser_Neo_Hegeliano_Hoje_O_Esp%C3%ADrito_Enciclop%C3%A9dico. Acesso em: 01 nov 2020.

TASSINARI, R. P.; GUTIERRE, J. H. B. *Lógica e Filosofia da Ciência*. São Paulo: NEaD - Núcleo de Educação à Distância; Secretaria de Estado da Educação SP, 2012. Disponível em: www.academia.edu/3114150/Logica_e_Filosofia_da_Ciencia_-_2a_Edicao. Acesso em: 01 nov 2020.

Recebido em:09/07/2020

Aprovado em:13/12/2020